2 – Igreja de Imigrantes – Chegada e Mercantilização

Introdução

Não se pode designar condignamente de teólogo quem enxerga as coisas invisíveis (invisibilia) de Deus compreendendo-as por meio daquelas que estão feitas; mas sim quem compreende as coisas visíveis (visibilia) e posteriores de Deus enxergando pelo sofrimento e pela cruz.
Martim Lutero¹

Só reconhecemos a história quando e na possibilidade de algo ocorrer conosco e para nós talvez até contra nós, de maneira que estejamos presentes, que dele participemos. (...) Reconhecemos a história quando, de uma maneira ou doutra uma ação alheia se constituir em pergunta dirigida a nós, à qual deveremos dar resposta, de qualquer modo, através de nossa ação.
Karl Barth²

O esforço para compreensão da presença da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil nos centros urbanos na atualidade pressupõe conhecer-lhe as origens. Contraditórias, como com qualquer grupo humano, especialmente os que crêem estar sua mensagem condicionada à sua presença, é fundamental compreender seu processo histórico de integração àquela realidade, distinguindo os elementos condicionantes dos que apenas tomam parte em sua constituição.

A primeira etapa, conseguir as informações básicas sobre o ambiente sócio-político-cultural brasileiro, mostrou-se inadiável para a tarefa de estudar a emigração e a presença dos luteranos no Brasil. O século começou com a chegada da Corte Portuguesa em 1808, tendo à frente o Príncipe Regente e a Rainha louca, fato que alterou a vida da cidade que já era sede dos Vice-reis de Portugal desde 1763, com a instalação do aparelho estatal, que se fez seguir pela cultura, as artes, os poderes político e econômico, e pelo surgimento da Imprensa Régia. A proximidade do poder gerou a disputa entre a perspectiva religiosa e a política liberal, influenciada pela Inglaterra. O país era constitucionalmente católico, mas o rei liberal, mantendo sua autonomia na administração pública. Esse foi o espaço pelo qual o protestantismo entrou e foi assimilado, através da Capela Anglicana na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1819, e da Comunidade Luterana em Nova Friburgo, no ano de 1824.

¹ *Obras selecionadas*. São Leopoldo, Sinodal; Porto Alegre, Concórdia, 1987, v. 1, p. 39.

² *Die protestantische Theologie im 19. Jahrhundert*. Zurich, 1960, p. 1 ap WITT, O. L. & Zwetsch, R. E. *Irreverência, compromisso e Liberdade*; o testemunho ecumênico do pastor Breno Arno Schumann (1939-1973). São Leopoldo, EST; Rio de Janeiro, Koinonia, 2004, p. 28.

A imigração teve impacto na economia. Os imigrantes que chegaram após os primórdios, logo perceberam haver uma distância entre a propaganda do Império do Brasil na Europa e as colônias a que se dirigiram em Nova Friburgo, no sul do Brasil e no Espírito Santo. A Capitania Geral de São Pedro do Rio Grande do Sul se caracterizou pela economia que escapou ao modelo exportador, pelo abastecimento das áreas escravistas do sudeste e por ter recebido a maior parte dos imigrados alemães. A identidade étnica dos imigrantes era um fator conjuntural, a ser assimilado sem maiores traumas, não fosse a estratégia de presença estatal, comercial e ideológica, que surgiu a partir da Revolução Alemã e do sentimento nacional que se desenvolveu, teve seu ápice na unificação dos Estados alemães com Bismarck em 1871 e deu forma ao empreendimento aqui denominado de mercantilização da imigração.

Após os primeiros 40 anos da imigração começaram a surgir os apelos às estruturas eclesiásticas da Europa para consolidar a atuação das comunidades. O empreendimento mercantil, que se seguiu a esse processo, trouxe os recursos para novas ondas de colonização, nos quais instituições eclesiásticas envolveram-se, embalando as promessas e expectativas que ficaram ameaçadas a partir de 1890, com a queda de Bismarck e o fracasso das colônias alemãs na África.

A atuação da Igreja durante este período, associada à atividade mercantil e voltada à preservação da germanidade entre os alemães “no exterior” ou “fora do império”, influenciou fortemente o perfil das comunidades e deixou suas marcas na formação cultural, política e religiosa de diversas gerações de imigrantes. Esse empreendimento interferiu no processo de aculturação, levando as famílias a se crerem portadoras da cultura e da índole alemãs e, conseqüentemente compromissadas com a presença cultural, religiosa e participante no conjunto do empreendimento comercial alemão. Com o processo imigratório em retração, a diminuição dos investimentos e a retirada da sua presença institucional do Estado, a Igreja e a Escola foram os empreendimentos que restaram de todo o esforço de mercantilização da imigração.

2.1. Brasil: país católico e liberal recebe protestantes

A vinda da tradicional corte portuguesa católica para a colônia do Brasil nos primórdios do século XIX é o fato mais relevante para compreendermos o pano de fundo no qual se dará o início da imigração de colonos alemães luteranos ainda no primeiro quartel deste século. A fuga da família real, após a ocupação de Portugal por Napoleão em 1808³, é a explicação determinante para a sua presença numa terra até então com pouca importância política, mesmo três séculos após seu descobrimento e um aparentemente inesgotável empreendimento econômico de exploração mineral.

A transferência da corte implica uma nova configuração nas relações de poder político e religioso, já iniciada com a transferência da Sede dos Vice-Reis do Brasil da cidade de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro⁴, acentuando-se ao ponto de tornar o Brasil um centro de convergência dos interesses portugueses, especialmente nas possessões no Estado do Grão-Pará, no Estado Maranhão e Piauí e no Estado do Brasil, entre outras unidades menores⁵.

Apenas em “meados do século XVIII que se tornou evidente ter-se transformado o Brasil em peça mestra dos domínios lusos, superando a própria metrópole em peso econômico e demográfico”⁶, portanto excessivamente tarde e então sob pressão dos fatos políticos da Europa. Os portugueses ainda se mostraram incapazes de perceber que a principal consequência desse fato era a separação entre a América portuguesa e a metrópole, absorvidos na tendência de apropriarem-se das possessões do novo mundo como fonte inesgotável e da extorsão de recursos fiscais, feitos das maneiras mais variadas e através de escandaloso arbítrio.

³ “Com a invasão de Portugal por tropas francesas, o príncipe-regente João, acompanhado de sua corte e sob proteção de barcos ingleses, deixou Lisboa em novembro de 1807, chegando à Bahia em 22 de janeiro de 1808 e ao Rio de Janeiro, onde se instalaria por treze anos, em 7 de março de 1808. Com o príncipe vinham a rainha louca, Maria, e talvez 15 mil pessoas em uma vintena de barcos. Com a instalação da corte e do governo de Portugal no Rio o Brasil deixou, na prática e definitivamente, de ser uma colônia”. CARDOSO, C. F. S. A crise do colonialismo luso na América Portuguesa – 1750-1822. In: LINHARES, M. Y., org. *História Geral do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro, Campus, 1996, p. 118.

⁴ A transferência acontece em 27 de janeiro de 1763.

⁵ CARDOSO, C. F. S. *Op. cit.*, p. 102.

⁶ *Ibid.*

Para o Rio de Janeiro a presença da corte portuguesa significa uma revolução sócio-econômico-cultural. Entre as principais realizações destacam-se a criação de escolas primárias e secundárias, da Academia de Artes, de Bibliotecas, de Museus, da Imprensa Régia e da prospecção das riquezas naturais. “Um verdadeiro aparelho de Estado e um corpo diplomático instalaram-se no Rio⁷. Tantos avanços políticos e econômicos levaram D. João a proclamar a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve⁸. “A ex-capital colonial tornara-se sede de ministérios, secretarias, tribunais, repartições públicas, de um Conselho de Estado, outro de Fazenda etc. E foi no Rio de Janeiro que, morta a rainha, o até então príncipe-regente foi aclamado, em 1818, como rei João VI”⁹. Com o retorno de D. João VI a Portugal, estava dado o passo decisivo para o aprofundamento da ruptura, caminho aberto para a Proclamação da Independência¹⁰.

O significado desse conjunto de fatos, que em apenas 14 anos culminaram na Independência do Brasil, é semelhante ao ocorrido em toda a América espanhola: eles agravaram os riscos do universalismo católico. Ao dar importância ao galicismo¹¹ histórico e ter sido “formado sob o clima liberal, o Império não levava muito em conta as prerrogativas da Igreja e cerceava mesmo seus esforços anti-liberalizantes através de mecanismos legais do direito de padroado”, tendo certo resultado para a vida religiosa¹².

A resposta da Igreja ao papel que lhe foi concedido pelos primórdios do reinado no Brasil, utilizou basicamente duas formas de penetração e reforço de seu

⁷ *Ibid.*, p. 118.

⁸ A proclamação foi feita em 16 de dezembro de 1815, apenas sete anos após a chegada da família real.

⁹ CARDOSO, C. F. S. *Op. cit.*, p. 118. “Salvador, até então a maior cidade brasileira, foi superada pelo Rio por volta de 1810. A população dessa última capital chegou a aproximadamente 113 mil pessoas em 1819”. “O Brasil às vésperas de separar-se de Portugal, continuava sendo, apesar de tudo, estruturalmente uma sociedade colonial. Em 1818, de seus 3.817.900 habitantes, 1.887.900 eram livres (sendo 1.043.000 brancos, 585.500 negros e mestiços, 259.400 índios e 1.930.000 escravos). *Ibid.*, p. 119-20.

¹⁰ Poucos anos depois, em 1821, D. João se viu obrigado a retornar a Portugal, deixando seu filho Pedro como Príncipe Regente. A manutenção da instabilidade política levou à ruptura definitiva dos laços institucionais e dos vínculos políticos com Portugal, fato que teve como consequência a Proclamação da Independência em 7 de setembro de 1822 e a proclamação do primeiro imperador, D. Pedro I. DREHER, M. N. *Igreja e Germanidade*; estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo, Sinodal, Porto Alegre, EST São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, EDUCS, 1984, p. 23.

¹¹ Tendência jurídica e teológica que defendia, no século XIV, a interferência dos reis franceses nos negócios eclesiásticos, e mais tarde, após o século XVII, a autonomia dos bispos franceses em face da autoridade pontifícia romana, se opondo ao ultramontanismo.

poder hegemônico. A primeira, de natureza político-eclesiástica, foi ampliar o sistema de nunciaturas a partir do Papa Gregório XVI¹³. Além do aperfeiçoamento do relacionamento entre o Estado Pontifício e os Estados nacionais, através dos núncios, foram adotadas medidas como a retomada das visitas *ad limina* e a elevação de clérigos conservadores à prelatura. A segunda, de traço mais propriamente religiosa, foi a cruzada doutrinária contra “os erros do mundo moderno” através do Concílio Ecumênico convocado pelo Papa Pio IX para dezembro de 1869¹⁴.

As questões debatidas no Concílio preocupavam governos liberais por dizerem respeito ao governo civil, ao casamento civil, ao ensino leigo, às liberdades constitucionais, ao impacto do *Syllabus* e ao princípio da autoridade do Papa. Ao que parece, o Concílio refletia o conflito entre o espírito do mundo latino e o mundo anglo-saxão, a mesma tensão vivida pelo império brasileiro, com a disputa hegemônica entre essas duas culturas. Ao mesmo tempo no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, predominava intensa e visivelmente uma admiração pelo mundo anglo-saxão. E não era apenas alguns sinais de antiga dependência política, como a vivida com Portugal, mas envolvia certo discipulado filosófico e a adoção de certos modelos progressistas da Inglaterra e dos Estados Unidos¹⁵.

Por colocar-se exatamente no cruzamento das perspectivas teológicas, jurídicas e filosóficas de uma sociedade em busca de definição dos seus rumos, a questão religiosa é a expressão brasileira da grande luta entre a Igreja e o mundo

¹² MENDONÇA, A. G. Inserção dos Protestantismos e “Questão religiosa” no Brasil, Século XIX (Reflexões e hipóteses). *Estudos Teológicos/EST*, 1987/27 (3): 226.

¹³ A nunciatura brasileira é uma das mais antigas da América Latina (1830), havendo momentos em que houve internunciaturas sediadas no Brasil, com jurisdição para toda ou parte da América Latina, veja PRIEN, H.-J. *La Historia del Cristianismo en America Latina*. Salamanca, Sígueme, São Leopoldo, Sinodal, 1985, p. 401, ap MENDONÇA, A. G. *Op. cit.*

¹⁴ O Concílio reunido em 08.12.1869 era composto de 700 bispos e predominantemente latino. A ênfase era o princípio da autoridade do Papa sobre as igrejas nacionais, acima dos respectivos governos, num mundo minado pelas aspirações democráticas próximas da anarquia revolucionária, cuja fonte principal acreditavam encontrar-se no protestantismo. AUBERT, R. *Nova História da Igreja*. Petrópolis, Vozes, 1975, v. 1, p. 64. A Assembléia foi suspensa prematuramente em 20.10.1870, mas conseguiu votar e aprovar proposições que provocaram reações em setores importantes da própria Igreja e no mundo liberal.

¹⁵ “As mais ativas mentes brasileiras tomaram partido, senão contra a Igreja como expressão religiosa, pelo menos como instituição portadora do espírito anti-liberal e anti-progressista. MENDONÇA, A. G. *Op. cit.*, p. 227.

liberal¹⁶. Anos antes da deflagração do conflito entre os bispos e o Imperador, o episcopado brasileiro vinha tendo confrontos com o pensamento liberal e o regalismo¹⁷ imperial. O confronto se acentuava à medida que as alas tradicional, conservadora e romanista da Igreja tinham dificuldades com o avanço das idéias liberais, e os intelectuais e políticos liberais do Império mostravam-se despreocupados, já que sem o *placet* do Imperador nenhuma decisão ou instrução de Roma entraria em vigor¹⁸.

Além da condenação das idéias liberais no *Syllabus*, o Papa Pio IX condenou a maçonaria no *Quanta Cura*, reafirmando posições da Igreja em encíclicas anteriores e outros pronunciamentos contra a ordem¹⁹. Desconfiam alguns que embora a condenação da maçonaria resultasse da aplicação dos argumentos da doutrina, o problema girava em torno do exercício do poder. É ponto geralmente aceito a capacidade que a maçonaria tinha de manipular o poder com maior eficácia que a Igreja, causando mal-estar à hierarquia, que via nessa situação um entrave à sua perspectiva de poder ligado a Roma. A maçonaria já jogara um papel de “peso razoável na balança a favor do protestantismo no momento de sua inserção na sociedade brasileira”²⁰.

A questão religiosa deixa suas marcas no campo religioso brasileiro, especialmente a partir da clara definição das respectivas posições. “De um lado um estado ainda mais galicano, liberal e anticlerical e, de outro, uma Igreja que aparentemente abandona o confronto com o Estado mas que toma medidas de auto-fortalecimento interno. O Estado monárquico era pombalino, josefista e regalista e seu Imperador era renanista e quem sabe se até voltairiano. Para ele o Estado estava acima de qualquer coisa”²¹. Muitos intelectuais e políticos liberais aspiravam à instituição de uma Igreja nacional, só sujeita a Roma em questões de doutrina, sendo o Imperador a autoridade máxima na constituição da hierarquia e

¹⁶ Sobre este ponto ver FRAGOSO, H. A Igreja-instituição. In: *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980, tomo II/2, p. 186.

¹⁷ Doutrina que defende a ingerência do chefe de Estado em questões religiosas.

¹⁸ MENDONÇA, A. G. *Op. cit.*

¹⁹ VILLAÇA, A. C. *História da Questão religiosa no Brasil*. São Paulo, Francisco Alves, 1974, p. 8-9.

²⁰ MENDONÇA, A. G. *Op. cit.*, p. 227-8.

²¹ VILLAÇA, A. C. *História...*, p. 27 ap MENDONÇA, A. G. *Op. cit.*, p. 229. Liberal: que tem idéias ou opiniões avançadas, amplas, tolerantes, livres ou adota a doutrina liberal. Pombalino: referente ao estadista português Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal. Voltairiano: relativo a Voltaire, pseudônimo de François-Marie Arouet (1694-1778).

no julgamento de leis e decretos dos Concílios. Esse era o pensamento de Joaquim Nabuco²².

A força econômica da Grã-Bretanha mostrou-se especialmente influente na política. Já tinha conseguido a abertura dos portos brasileiros às nações amigas em 1808. Com a necessidade de imigração, pressionou o Império a proibir o tráfico de escravo, que crescera a tal ponto que a Grã-Bretanha impôs em 1810 a assinatura do tratado comercial, no qual o Brasil condenou o tráfico de escravos e aceitou sua restrição no hemisfério sul²³, passou a administrar taxas alfandegárias inferiores para produtos britânicos em relação a produtos portugueses e “também a tolerar uma comunidade anglicana no exterior no Rio de Janeiro, a primeira comunidade não-católica em todo o território colonial espanhol-português”²⁴. Isso abriu caminho para mudanças na legislação de imigração, desde a lei de 16 de fevereiro de 1813, que só previa a presença de católicos romanos, até que a Constituição de 1824, “redigida por Dom Pedro I com a ajuda de seu Conselho de Estado sob a influência do espírito liberal-maçônico, concedeu no Art. 5º a não-católicos o exercício privado, enquanto o exercício público da religião – à semelhança do que consta na Patente de Tolerância Josefina de 1781 – ficou reservado à Igreja Católica Romana como guardiã da religião do Estado”²⁵.

Em ambientes católicos também se desenvolveu a perspectiva liberal durante este período. Pensamento semelhante ao de Nabuco é desenvolvido pelo Padre Diogo Antônio Feijó, regente do Império (1835-1837), numa época de formação e consolidação de estados nacionais, em que o nacionalismo está integrado ao pensamento liberal²⁶. Costa Rego escreveu no “Correio da Manhã, de 15 de junho de 1940, que cumpre restaurar ‘o espírito do carmelita no Brasil’. Porque estamos esquecidos das profundas lições com que o carmelita nos ensinou a

²² VILLAÇA, A. C. *História...*, p. 146 ap MENDONÇA, A. G. *Op. cit.*, p. 229.

²³ “Um passo adiante deram as convenções de 22/10/1815 e 28/07/1817 com artigos adicionais de 11/09/1817, que instituíram o direitos de inspeção mútua... sujeitou-se à exigência de que, três anos após a retificação (23/03/1827), o tráfico negreiro africano fosse totalmente abolido e equiparado à pirataria... até que uma lei imperial de 07/09/1850 de fato pôs fim à importação de escravos”. SCHRÖDER, F. *Brasilien und Wittenberg*. Berlin, 1936, p. 27.

²⁴ PRIEN, H.-J. *La Historia del Cristianismo...*, p. 33.

²⁵ *Ibid.* O teor do Art. 5º: “A religião católica apostólica romana continuará ser a religião do império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”. *Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948, p. 35.

²⁶ VILLAÇA, A. C. *História...*, p. 229.

ser fortes e ao mesmo tempo brasileiros. O jornalista pensava por certo no maior dos discípulos do Seminário de Olinda, o carmelita Frei Caneca²⁷.

O quadro propício à penetração do protestantismo logo se configurou. Surge um vácuo religioso, no qual de um lado, está um Estado em busca de uma religião civil aberta, e de outro, a Igreja que, diante da possibilidade de perder suas prerrogativas, volta-se para si mesma com a intenção de reforçar-se institucionalmente. No meio ficou um espaço aberto, pelo qual o protestantismo penetrou. O conjunto das expectativas da sociedade deram a contribuição restante. O comércio inglês, a agricultura germânica, a possível vinda de imigrantes confederados norte-americanos acenaram com um surto de modernização e progresso, sem maiores riscos políticos e a possibilidade de assimilar as idéias e práticas que fizeram dos anglo-saxões os líderes do mundo da época. A abertura para o mundo anglo-saxão significou abertura para o universo protestante²⁸.

A explicação para que a presença protestante não tenha sido inglesa, com toda a abertura e simpatia que a sociedade brasileira nutria pelo mundo anglo-saxão, é que o interesse dos ingleses era a ampliação do mercado para seus produtos. Sem maiores motivações missionárias, sua prática religiosa era apenas um componente do seu *ethos* cultural, por isso a expressão cültica desses primeiros cristãos não-católicos a chegarem ao Rio de Janeiro ficou restrita a suas capelas. Mendonça vê duas possibilidades para compreender a elite liberal brasileira. Ou era realmente cética, como se queixava o clero, ou tinha interesse em viver comodamente em sua religião tradicional sob o prisma iluminista, sem o fervor dos que uniam a pregação com o exercício da influência política e nem dos que queriam reformas religiosas. Essa postura criou o espaço para a assimilação dos protestantes²⁹.

²⁷ VILLAÇA, A. C. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975, p. 32. D. Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo, escreveu no ensaio sobre *O Clero e a Independência* que o Seminário de Olinda se tornou "um ninho de idéias liberais e subversivas, pois os seus padres professores, seculares e regulares, chamados à direção do Seminário, sobretudo os oratorianos, que sobre serem liberais adotavam as doutrinas cartesianas, haviam cursado a mesma Universidade de Coimbra", p. 79.

²⁸ MENDONÇA, A. G. *Op. cit.*, p. 230.

²⁹ *Ibid.*, p. 231.

2.2. Da propaganda do Império na Europa às colônias no Sul e no Espírito Santo

O protestantismo de imigração, conhecido na América Latina, é o que se desenvolveu a partir do movimento imigratório que marcou o século XIX, inclusive seguindo as ondas de intensidade e retração. O projeto imigratório associado ao elemento étnico e religioso lhe dá características próprias, inclusive impondo ao imigrante a difícil tarefa de adaptação, especialmente nos aspectos ideológico e religioso. Ao mesmo tempo, esses elementos representam um fator de coesão do grupo e lhe atribuem uma identidade num ambiente geográfico, climático, cultural, econômico, político e religioso inteiramente estranho e por vezes adverso³⁰.

O processo de adaptação e tolerância, incluindo a religiosa, já estava condicionado “pela necessidade de mão-de-obra por parte dos países receptores dos imigrantes, onde o catolicismo era a religião hegemônica, quando não oficial”, observa-se, especialmente entre os grupos que têm “na preservação da cultura e, especialmente, na preservação do idioma uma das suas características fundamentais”³¹. Essa perspectiva de dupla diáspora, simultaneamente uma diáspora religiosa e outra étnica, colocam o risco “de que a consciência étnica de diáspora se sobreponha à consciência eclesiástica, ou que o serviço da diáspora por parte da Igreja seja entendido como assistência étnica”³².

O problema essencial no processo de formação da Igreja evangélico-alemã no Brasil está presente desde os primórdios. Em outras circunstâncias, “com as novas gerações, nascidas nos países de imigração, constata-se um processo de aculturação que se evidencia na independência institucional, na adoção do idioma nacional, no engajamento social, no desenvolvimento de estratégias para conquistar adeptos entre a população autóctone, um processo que geralmente vem acompanhado por uma crise de identidade, por estagnação ou por crescimento

³⁰ WIRTH, L. E. Protestantismo e etnia: sobre a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração. *Estudos Teológicos/EST* 1998/38 (2): 157.

³¹ *Ibid.*, p. 157-8.

³² LAU, F. Evangelische Diáspora. In: *Religion in Geschichte und Gegenwart*. 3. ed. Tübingen, 1958, v. 2, col. 179 ap PRIEN, H.-J. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil*. Trad. Ilson Kayser. São Leopoldo, Sinodal, Petrópolis, Vozes, 2001, p. 23.

apenas vegetativo”³³. A mesma coisa pode ser dita da “relação entre religião e etnia a partir dos espaços concretos de articulação da vida, percebe-se uma flexibilidade e dinamicidade tanto da religião quanto da etnia, de acordo com as demandas locais”, levando à compreensão “que a identidade étnica era um fator conjuntural, entre outros, no cotidiano dos imigrantes, um elemento que tendia a se diluir na medida em que o imigrante e, principalmente, seus descendentes se integravam à sociedade envolvente”³⁴.

As principais motivações para a imigração foram efetivamente “a miséria econômica e a superpopulação, em proporção diferente nos diversos territórios alemães”, tendo como fator desencadeador “o inverno de fome de 1816/17 no sudoeste alemão. Os anos de 1816-1825 designam simultaneamente uma fase de extremo crescimento populacional, que levou a um índice médio de crescimento anual de 1,42%, o mais elevado de todo o século XIX, referente ao futuro território do Reich de 1871”³⁵. O século XIX foi marcado pelas grandes migrações, com cerca de 10 milhões de alemães deixando seu país e 35 milhões de pessoas saindo da Europa para os Estados Unidos, somente entre 1860 e 1930, provocando deste modo a maior movimentação de habitantes desde a migração dos povos. “A parcela dos que emigraram para o Brasil foi relativamente modesta. De 1815 até 1848 devem ter sido no máximo 15 mil pessoas, de 1850-1859: 15.815, de 1860-1895: 63.370. Os números efetivos são mais elevados, visto que a estatística brasileira se limita ao território do *Reich* Alemão de 1871”³⁶.

A saída destas populações provoca alívio na situação econômica, de saúde e social, sendo saudada pelo cônsul de Baden, F. X. Ackermann, no Rio de Janeiro: “Somente a emigração é capaz de mudar a situação não-natural com que os estados se confrontam. As massas excedentes devem ir embora, a fim de devolver aos

³³ WIRTH, L. E. *Protestantismo e etnia...*, p. 157-8.

³⁴ *Ibid.*

³⁵ RÜRUP, R. Deutschland im 19. Jh., 1815-1871. In: *Deutsche Geschichte*. Göttingen, 1985, v. 3, p. 16 ap PRIEN, H.-J. *Formação da Igreja...*, p. 23.

³⁶ PRIEN, H.-J. *Formação da Igreja...*, p. 25. “O imigrante alemão no Brasil é parte de um processo de emigração em massa que, nos estados alemães, perdurou de 1815 até a Primeira Guerra Mundial. O Brasil recebeu cerca de 2% desses emigrantes, sendo que a grande maioria se dirigiu aos Estados Unidos” (cf. MARSCHALK, P. *Deutsche Überseewanderung im 19. Jahrhundert*. Stuttgart, 1973). Esse fenômeno é um dos aspectos das profundas transformações sociais ocorridas na Europa do século XIX, transformações essas que marcaram a transição da sociedade agrária para a sociedade industrial. WIRTH, L. E. *Op. cit.*, p. 160.

remanescentes a antiga paz e a felicidade perdida”³⁷. Com pouca participação e presença do Estado, as comunidades locais ofereciam ajuda financeira, esperando diminuir as despesas com os indigentes. A situação era semelhante à linha dos princípios que determinam hoje as relações Norte-Sul, a ponto de ocorrerem casos extremos como o de Mecklenburg, que livrou-se dos seus presidiários, e Hamburg, que entregou os não-domiciliados e os desempregados³⁸.

A presença de recrutadores brasileiros atuando em território alemão tem duas explicações: a ligação da dinastia de Habsburg com a casa real portuguesa e a posterior casa imperial do Brasil, a partir do casamento de D. Pedro com Dona Leopoldina em 1817, e a boa reputação dos alemães como colonizadores. Em razão disso, o início da emigração para o Brasil coincidiu com a primeira tentativa de povoamento com teuto-suíços neste mesmo ano em Nova Friburgo. A terra de matas virgens estimulou a fantasia dos imigrantes, especialmente em época com pequena circulação de informações. “A avalanche emigratória de 1816/17 espalhou-se desde a Alemanha Meridional, passando pelo Palatinado, até Trier, mas ainda se deteve diante da região do Mosela e da Renânia. Somente nos anos 20 ela transpôs o Mosela e adquiriu grande importância no Hunsrück pela campanha de recrutamento do major Schaeffer”³⁹.

Chegados ao Brasil, houve certa freqüência na destinação dos emigrantes aos projetos de assentamento. Os pomeranos se estabeleceram no Espírito Santo, nas regiões de São Lourenço, Pelotas e Santa Cruz, no Rio Grande do Sul, e, com outros do norte da Alemanha, nas regiões de Joinville e Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Os provenientes do Hunsrück e da Renânia foram para os arredores de São Leopoldo⁴⁰ e dali para o interior da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Os originários da Westfália foram para Teutônia e Estrela, os suábios se dirigiram a Neu-Württemberg e os do Sudeto para Nova Petrópolis, e os teuto-russos (*deutschrussisch*) do Volga e da URSS foram assentados em Palmitos e

³⁷ *Das Kaiserreich Brasilien*. Heidelberg, 1834 ap SUDHAUS, F. *Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert*. Hamburg, 1940, p. 23.

³⁸ RÜRUP, R. *Op. cit.*, p. 20 e SUDHAUS, F. *Op. cit.*, p. 37.

³⁹ SUDHAUS, F. *Op. cit.*, p. 51-56 ap PRIEN, H.-J. *Formação da Igreja...*, p. 27.

⁴⁰ Decreto imperial de 22 de setembro de 1824 deu o nome de São Leopoldo à colônia, em homenagem à imperatriz Leopoldina, da dinastia de Habsburg, cf. FAUSEL, E. São Leopoldo: Statistische Ermittlung aus deutschen evangelischen Kirchenbüchern in Übersee. *Volkstumsforschung*, 1939/3 (3): 201-21.

Cunha Porã, em Santa Catarina, em Witmarsum e Boqueirão, no Paraná, e em Bagé, no Rio Grande do Sul. Centros urbanos como o Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre atraíram comerciantes, estudiosos, médicos, engenheiros e técnicos entre os imigrantes⁴¹.

A maior parte dos imigrantes se dirige à capitania subalterna do Rio Grande de São Pedro, que em 1807 passa a chamar-se Capitania Geral de São Pedro do Rio Grande do Sul⁴², pertencente àquele grupo de províncias que os cientistas sociais costumavam classificar como “periferia da periferia”, isso é, se a economia escravista-exportadora brasileira girava em torno do mercado internacional – no qual prevalecia a hegemonia, no século XIX, do modo de produção capitalista –, por sua vez as produções no sul apareciam como integrantes da periferia daquela economia exportadora. Na verdade, a economia no Sul estava voltada para o mercado interno, (fugindo assim, de certo modo, ao modelo exportador brasileiro), abastecendo em particular as áreas escravista do Sudeste⁴³. Essa região não sofreu mudanças rápidas, por isso no século XVIII ainda seria abastecedora de gado das regiões mineradoras de Minas Gerais. Ao mesmo tempo em que há a recorrência desse fluxo mercantil, os traços básicos de sua economia, baseada no mercado interno escravista, ia sendo detida e sua estrutura fundiária, constituída.

Na primeira metade do século XVII “tropeiros e militares receberiam terras da coroa, iniciando com isso a caracterização da propriedade da terra e do gado, com o surgimento das estâncias”⁴⁴, estrutura fundiária em que prevalece o caráter não-econômico, na qual aquelas doações do Estado obtinham sua legitimidade por responder a interesses político-militares, devido a proximidade com a região platina, sob o domínio espanhol. Esse recurso, que o império brasileiro entendeu ser o melhor para a administração de um vasto território e o desenvolvimento de uma civilização, determinava a localização de grande parte das populações na região litorânea, já que o interior (*hinterland*) era pouco explorado e habitado. O império se sentia fragilizado e exposto ao perigo de desintegração, que se avizinhava em conflitos causados por forças separatistas como “a efêmera

⁴¹ PRIEN, H.-J. *Formação da Igreja...*, p. 29.

⁴² CARDOSO, C. F. S. *Op. cit.*, p. 123.

⁴³ FRAGOSO, J. L. O Império escravista e a República dos Plantadores. In: LINHARES, M. Y., org. *Op. cit.*, p. 178.

Confederação Equatoriana do nordeste em 1824, bem como na Guerra dos Farrapos em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, nos anos de 1835-1845, que atingiu diretamente os grupos de colonizadores alemães”⁴⁵.

Outra característica econômica desta Capitania, que contava com a atuação de emigrantes alemães, era ser “um dos principais abastecedores de charque para o mercado nacional, em particular do sudeste”⁴⁶. Isso vai ampliar a população escrava, mão-de-obra básica desta indústria, a tal ponto que em 1858 a população escrava chegava a 25,1% do universo da província. Menos de 30 anos depois dessa época, os escravos representavam apenas 0,89% da população da capitania, a mesma época em que a saída do charque se reduziu a 14,9% de toda a produção de 1868. Com a crise, a economia sulina desenvolveu a agricultura de alimentos, que ganhou impulso especial com os fluxos migratórios de alemães e italianos, nessa área do comércio em que os principais beneficiados eram os comerciantes, o grupo que mais acumulou capital na comercialização, transporte e financiamento da produção.

2.3. Dos territórios alemães ao projeto de germanização no Brasil

O processo de assentamento de imigrados foi composto de diferentes tipos de colonização. O primeiro foi marcado pela iniciativa imperial, o segundo pela iniciativa provincial, o terceiro surgiu como empreendimento das firmas de colonização e o último por iniciativa particular de pessoas. Entre as colônias imperiais estão Nova Friburgo/RJ (1817/1824), São Leopoldo/RS (1824), Três Forquilhas/RS e São Pedro de Alcântara/SC (1828), Petrópolis (1845) e Santa Leopoldina/ES (1856). As colônias provinciais, criadas pelos governos locais, criaram colônias como Santa Cruz/RS (1849), Santo Ângelo/RS (1857) e Santa Izabel/ES (1846)⁴⁷. As colônias oriundas do trabalho de companhias de

⁴⁴ *Ibid*, p. 179.

⁴⁵ PRIEN, H.-J. *Formação da Igreja...*, p. 31.

⁴⁶ FRAGOSO, J. L. *Op. cit.*, p. 179.

⁴⁷ A Colônia de Santa Izabel, de maioria católica, era chamada de Campinho pelos imigrantes evangélicos.

colonização, entre as quais estão Dona Francisca/SC (1850)⁴⁸, as Colônias Hanseáticas/SC (1897) e a Colônia Mucuri/MG⁴⁹, hoje Teófilo Otoni. E, por último, as que resultaram de iniciativas particulares como a do médico Hermann Blumenau, de Ferdinand Hackradt e outros 17 companheiros no Vale do Itajaí/SC (1850).

Esse processo de colonização não se deu de forma diferenciada apenas na origem do empreendimento, mas também na sua administração e, conseqüentemente, nos efeitos variados para as populações de emigrados. Para compreender o desenvolvimento dessas colônias e perceber o efeito que os novos fatos produziram para o surgimento do germanismo e seu conseqüente impacto na vida do que viria a ser a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil é preciso considerar a perspectiva recente de Lauri Wirth. É necessário “relativizar a centralidade do fator étnico como decorrência natural da conjuntura dentro da qual o protestantismo de imigração se desenvolveu”⁵⁰. Argumenta que o imigrante alemão não possuía uma identidade nacional, baseado no fato de que esta só surgiu com a unificação dos territórios alemães ocorrida em 1871, quase 50 anos depois da chegada ao Brasil dos primeiros imigrados.

Para Wirth, os imigrantes traziam as culturas dos locais de onde eram oriundos, que essas culturas eram distintas, não manifestando coesão étnica e tendo muitos elementos de diferença. Esse aspecto se mostra evidente no uso da língua, já que entre poucos imigrantes falavam alemão clássico (*Hochdeutsch*), mas os dialetos regionais. Por razões que envolviam dominação cultural, imigrantes da Pomerânia chegavam a referir-se ao alemão clássico como ‘língua estrangeira’ tal qual a língua portuguesa⁵¹. Outra intenção é descobrir a razão pela qual em algumas igrejas resultantes do protestantismo de imigração o processo de

⁴⁸ Esta colônia foi construída sobre um pântano por falha do engenheiro responsável e, que apesar disso, “haveria de surgir em Joinville a maior comunidade protestante da América Latina, hoje com mais de 10 mil membros”. PRIEN, H.-J. *Formação da Igreja...*, p. 37. Aqui há uma distinção entre as tipologias. Prien vê quatro tipos de colonização, distinguindo o modelo das companhias de colonização do das iniciativas particulares, enquanto Wirth identifica estes dois modelos como sendo apenas um.

⁴⁹ A Companhia Mucuri foi fundada no Rio de Janeiro por Theófilo B. Otoni, que utilizou trabalho escravo clandestino, desrespeitou colonos imigrantes da Suíça e da Alemanha, impediu o desligamento de colonos pelo processo de dívidas com sua companhia e o comprometimento de autoridades policiais locais.

⁵⁰ WIRTH, L. E. *Protestantismo e etnia...*, p. 159.

⁵¹ Cf. *Supra*, nota 124.

aculturação se deu de maneira mais rápida, mesmo sob condicionantes locais semelhantes.

Se o elemento da preservação étnica não pode ser sustentado pela experiência religiosa e nem pelo cotidiano do imigrante, semelhante aos outros casos de colônias de imigrantes, a pesquisa conduz à indagação sobre os interesses político-econômicos de empreendimentos expansionistas europeus em busca de espaços territoriais e comerciais. Wirth indaga como estes valeram-se do processo migratório e buscaram na expressão da fé cristã luterana sua legitimação. Pergunta sobre a maneira pela qual a preservação da etnia ganhou relevância no caso do protestantismo de imigração, que papel jogou nessa conjuntura específica, como foi imposta como canal de influência cultural e política aos imigrantes e seus descendentes, quais fatores conjunturais locais propiciaram seu desenvolvimento e se perpetuaram, uma vez que não estão na raiz da experiência religiosa e nem são constitutivos da eclesiologia luterana. Mesmo sendo fundamentais para entender a relação entre a religião e a etnia, como perpetuaram-se e demarcaram o espaço étnico privativo no interior da comunhão de fé, são algumas questões.

Grupo étnico é “aquele que se percebe como unido por um conjunto de tradições que seus vizinhos não partilham e cujos membros utilizam subjetivamente de maneira simbólica ou emblemática aspectos de sua cultura, de modo a se diferenciar de outros grupos”⁵². O elemento da preservação da etnia pelas vias da experiência religiosa e pelo cotidiano do imigrante não dão elementos para criar e desenvolver um consistente ciclo étnico, por diversas razões. Alinho as principais para demonstrar a necessidade de outra motivação para a tarefa a que se lançaram grupos expansionistas europeus e o papel que atribuíram aos imigrantes: 1. as principais causas do processo migratório não foram religiosas e nem políticas, não sofreram esse tipo de perseguição, exceto em situações pontuais, mas foram razões eminentemente sociais; 2. é difícil argumentar a partir da origem étnica, já que imigrações aconteceram em diversas regiões da Europa, com gente das mais diversas procedências e durante um período razoavelmente grande de tempo; 3. as motivações dos que emigraram variaram desde a luta simples pela

sobrevivência, a possibilidade de construir a vida em outro espaço geográfico e até mesmo o sonho de ganhar dinheiro para retornar à sua terra. Poucos acreditaram participar de um projeto nacional, impossível nos primórdios, de afirmação frente a outros povos.

O maior número de incertezas religiosas, políticas e existenciais parecem dar razão às teorias da etnicidade ao acentuarem “que o *nós* é constituído a partir de um confronto a um *eles*. A identidade étnica é constituída, assim, a partir da diferença”⁵³. Essa pode ser a base da situação existencial desse grupo humano que, com o correr dos anos e as condições objetivas de vida, especialmente na época tardia da imigração, teve seu discurso religioso e sua estratégia de inserção “decisivamente influenciados por interesses políticos e econômicos de grupos identificados com o expansionismo alemão, sobretudo após a unificação alemã de 1871. Embora restrita ao sul do Brasil, essa hipótese poderia ser comprovada de forma idêntica em outros países da América do Sul, especialmente em relação à imigração alemã na Argentina e no Chile”⁵⁴.

O processo imigratório teve também profundas contradições internas, inclusive de natureza política. Logo após suas primeiras quatro décadas, período que coincide com o processo de unificação dos estados alemães, “em primeiro lugar, os emigrantes antes da criação do Reich de 1871 se originavam dos mais diversos estados alemães e, em segundo lugar, também da Suíça, de Luxemburgo, da Áustria e Rússia. Somente a partir de 1871 pode-se distinguir entre alemães cidadãos do Reich [*Reichsdeutsche*] e cidadãos alemães no exterior [*Volksdeutsche*]. É evidente que todos esses imigrantes e os que lhes seguiram ainda mais tarde, portanto depois de 1871, depois do fim da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, trouxeram consigo cada qual sua própria imagem da Alemanha, ou, cada qual sua própria compreensão de cultura alemã e espírito alemão, portanto daquilo que normalmente chamamos de Germanismo. O ‘germanismo’

⁵² POUTIGNAT, P. & STREIFF-FERNART, J. *Teorias da Etnicidade*. Trad. Élcio Fernandes. São Paulo, UNESP, 1998, p. 37 ap BEHS, E. *O processo de abasileiramento da “Igreja dos alemães”*. Florianópolis, Dissertação de Mestrado em História/UFSC, 2001, p. 12.

⁵³ BEHS, E. *Op. cit.*, p. 12.

⁵⁴ WIRTH, L. E. *Protestantismo e etnia...*, p. 160.

posteriormente cultivado pelos sínodos era, portanto, de antemão um conceito ambíguo”⁵⁵.

A condição de miserabilidade de muitas famílias de imigrantes, especialmente as que estavam fora da área de interesse do empreendimento expansionista alemão com perspectiva política e econômica, como o Espírito Santo e Minas Gerais, estados fora do sul do Brasil, onde aos imigrantes restou apenas a presença da Igreja, a acusação é que havia jogos de interesses entre os países envolvidos, a Alemanha, que lucrou com a saída da população excedente, e o Brasil, que usou os imigrantes para o branqueamento da raça, a participação na eliminação de nações indígenas, a ocupação e defesa do território, a valorização fundiária, a disponibilidade de mão-de-obra barata, a construção e preservação de estradas e a criação de uma classe média brasileira intermediária entre escravos e latifundiários⁵⁶. “Este destino das correntes migratórias, com o passar do tempo, tornar-se-ia uma preocupação política de importantes setores da sociedade alemã. Como veremos, este é um aspecto que incide decisivamente sobre o protestantismo étnico do qual estamos tratando”⁵⁷.

O debate sobre a presença dos imigrantes alemães conduz, invariavelmente, à discussão sobre o papel da religião em sua vida e dos desdobramentos que este assumiu em solo brasileiro. De maneira geral, “o imigrante tinha vínculos frágeis com as instituições religiosas, não pertencia ao ‘núcleo fiel’ das mesmas e estava pouco familiarizado com suas estruturas de poder. Portanto, é pouco provável que os imigrantes reproduzissem espontaneamente os modelos de poder religioso de seus países de origem. Aliás, sua indiferença, senão sua aversão, diante de tal poder, principalmente nos espaços urbanos emergentes, é uma das queixas mais cortantes de missionários e teólogos que seguiram os imigrantes com a incumbência de implantar uma Igreja”⁵⁸.

⁵⁵ PRIEN, H.-J. *Formação da Igreja... cit.*, p. 28. Neste ponto a perspectiva do historiador Hans-Jürgen Prien, da Universidade de Köln, Alemanha, se aproxima e dá elementos à interpretação do estudioso do protestantismo Lauri Emílio Wirth, da Universidade Metodista de São Paulo.

⁵⁶ DREHER, M. N. O protestantismo mineiro do século XIX. *Estudos Teológicos/EST* 1985/25 (1): 77-100.

⁵⁷ WIRTH, L. E. *Protestantismo e etnia...*, p. 161.

⁵⁸ *Ibid.*

Conquanto a Igreja estivesse presente, formal e informalmente na vida dos emigrados⁵⁹, foi em círculos políticos alemães que a preocupação com os imigrantes, em discurso com roupagem nacionalista, começou a crescer. “Esses colonos continuarão tendo muita afinidade com os alemães de aquém-mar devido à língua, ao modo de vida, aos usos e costumes e, por isso, preferirão relacionar-se com estes do que com outras nações européias, se as demais circunstâncias forem relativamente semelhantes. Entre os alemães dos dois hemisférios estabelecer-se-á um relacionamento semelhante ao que existe entre a Inglaterra e suas colônias na América do Norte, e a Alemanha não continuará sentindo a falta de colônias como privação”⁶⁰.

Wirth lida com essa informação lembrando que “não deixa de ser relevante que este tipo de percepção tenha surgido justamente na cidade de Bremen. Pois, três décadas mais tarde, as companhias de navegação estariam entre as instituições alemãs que mais se beneficiavam com a emigração, precisamente com o transporte de imigrantes”⁶¹. Com essa perspectiva adentra-se o surgimento propriamente dito dos primeiros movimentos de formação de comunidades e Sínodos, a partir dos quais começa a articulação da presença luterana em solo brasileiro.

2.4. Mercantilização da imigração no surgimento das comunidades luteranas

O processo de formação de comunidades só começa a se consolidar após os primeiros 40 anos de estada em solo brasileiro, com a chegada de recursos das instâncias eclesiásticas da terra natal. “Esse é o único período em que a relação

⁵⁹ Através da presença do Pastor Friedrich Oswald Sauerbronn, que chegou em 31/01/1824 na fragata holandesa Argo à Armação das Baleias em Niterói, trazendo 251 imigrantes alemães e suas mulheres e 29 homens para o serviço militar no Brasil, chegando a Nova Friburgo em 02 de maio, segundo os dados do ‘Diário de Governo’. Em 13/04/1824 aportou a fragata Carolina, trazendo 162 homens, 16 mulheres e 51 crianças. Em 04/06/1824 chegou a fragata Anna Luise com 269 homens, 16 mulheres e 40 crianças, que seguiram para a Província de São Pedro e chegaram em 25 de julho como os primeiros colonos de São Leopoldo. E também através da expressão de fé dos luteranos da Pomerânia, que mesmo “no período de maior abandono eclesiástico, jamais se poderia ter tirado dos nossos pomeranos seu catecismo luterano e substituí-lo por outro. Nenhuma família pomerana havia saído da pátria alemã sem empacotar, como maior patrimônio, a Bíblia, o Hinário ou algum outro antigo consolador”. SCHLÜNZEN, F. Lutherthum in Brasilien. *Jahrbuch des Martin-Luther-Bundes*, 1951-52, p. 97.

⁶⁰ WITT, O. L. *Igreja na migração e colonização*. São Leopoldo, Sinodal, 1996, p. 22.

entre a religião e a etnia no protestantismo de imigração pode ser considerada livre de ingerências de instituições estrangeiras. E foi precisamente neste período que o protestantismo de imigração apresentou, ainda que de forma incipiente, características muito peculiares. Esta peculiaridade se constata, por exemplo, nas formas de organização eclesiástica e na relação entre a dimensão ritual e o poder religioso. Neste sentido, vale lembrar o importante fenômeno das comunidades livres, tão característico do protestantismo de imigração no Brasil, em seus primeiros 40 anos de inserção”⁶².

Após esse primeiro período, o processo de desenvolvimento das comunidades luteranas no Brasil será profundamente marcado pelo que Wirth chama de “idéia da mercantilização da emigração. Principalmente após a revolução alemã de 1848, se constata um crescente interesse de setores sociais ligados ao comércio internacional e às companhias de navegação pela imigração. Embora o nacionalismo alemão já se fizesse notar naquele período, o ideário mercantilista é o predominante. Se no período anterior, o recrutamento de imigrantes era dominado por agentes dos países receptores, no atual entram em cena os projetos de colonização e as companhias colonizadoras... Se, por um lado, essas iniciativas sinalizam o fim do caráter espontâneo do movimento emigratório alemão e sua instrumentalização de acordo com os referidos interesses mercantilistas, por outro, esta nova tendência coincide com importantes mudanças no cenário político brasileiro. Uma delas é a proibição da importação de escravos e o conseqüente aumento da demanda de mão-de-obra ‘livre’”⁶³.

É importante não perder de vista que desde a chegada dos imigrantes até a revolução alemã (1848) passam-se apenas 24 anos, quando começa o processo de mercantilização da imigração. E que 40 anos após esse período é assinada a lei da abolição da escravatura, a partir da pressão da Inglaterra. A primeira constatação é que o imigrante se torna uma necessidade na economia à medida que substitui o escravo e sua força de trabalho. A segunda é que as elites econômicas brasileiras se

⁶¹ WIRTH, L. E. *Protestantismo e etnia...*, p. 161, que recomenda a leitura de SUDHAUS, F. *Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert*. Hamburg, 1940, p. 129.

⁶² DREHER, M. N. *Igreja e Germanidade*, p. 55 e FISCHER, J., org. *Ensaio luteranos*; dos primórdios aos tempos atuais do luteranismo no Brasil. São Leopoldo, Sinodal, 1986, p. 33-52 ap WIRTH, L. E. *Protestantismo e etnia...*, p. 162.

⁶³ WIRTH, L. E. *Protestantismo e etnia...*, p. 162.

comportavam de maneira tão ensimesmada e tão pouco preocupada com qualquer outra coisa que não fosse a preservação dos seus privilégios, que insistem na convivência da escravatura e da mão-de-obra dos imigrantes por 64 anos. Tal é a força da oligarquia rural que a abolição da escravatura vai ser mantida até 38 anos depois da Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850. No entanto, é por essa mesma lei, cujo primeiro artigo estabelece que “ficam proibidas as aquisições de terra devolutas por outro título que não seja o de compra”, que o acesso à terra foi mercantilizado, possibilitando que a força de trabalho do imigrante substituísse a mão-de-obra escrava, através das companhias colonizadoras⁶⁴.

Em meio a esse emaranhado de tensões frutifica a presença da Igreja Evangélica, especialmente a partir da chegada do Pastor Doutor Borchard e com ela a ajuda financeira das instâncias eclesiásticas da terra natal. A formação pioneira de comunidades ganhou chão em Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, para onde vieram emigrantes evangélicos de Rheinhessen, recrutados pelo Major Schaeffer. Na cidade do Rio de Janeiro, onde já havia uma capela anglicana inaugurada em 1819, surgiu uma comunidade luterana por iniciativa do cônsul prussiano Wilhelm Theremin, atitude característica de comunidade no exterior, que espera ajuda da pátria ao invés de contar apenas com os próprios recursos, como autênticas comunidades de imigrantes. Isso cria uma ‘mentalidade de atendimento de *Volkskirche*, com a metade do salário pastoral vindo da Prússia, apesar de sua composição social compreender membros abastados sem disposição para colaboração própria, com cultos mal freqüentados em que até a tentativa de realizar cultos em português em 1877 experimentou fracasso. Outra é a comunidade de Rio Claro (SP), criada com a chegada de imigrantes de Schleswig-Holstein e da Suíça⁶⁵.

As colônias de São Leopoldo, Três Forquilhas e Campo Bom, no Rio Grande do Sul, nas quais surgem diversas comunidades entre 1824 e 1868, parecem ter dado melhor resultado⁶⁶. No Espírito Santo, onde chegaram imigrantes em meados do século XIX para a colônia de Santa Izabel, foi construída uma capela com subvenção governamental, em torno da qual surgiu o povoado de

⁶⁴ FREITAS JUNIOR, A. T. de. *Terra e colonização*. Rio de Janeiro, 1882, p. 1.

⁶⁵ PRIEN, H.-J. *Formação da Igreja...*, p. 60-2.

Campinho⁶⁷. Em Santa Catarina, a formação de comunidades eclesiais começa em Desterro, hoje Florianópolis, e no Vale do Itajaí, a partir do empenho do colonizador Hermann Blumenau, que chegou em 1850 e os 254 colonos evangélicos chegados em 1854. A igreja de Badenfurt, a primeira em toda a colônia, foi fundada em 1872. Depois vieram os grupos de comunidades chamadas de Hansa e Hamônia⁶⁸. As primeiras crises de atendimento pastoral foram enfrentadas com imigrantes que exerciam funções como ex-oficiais e suboficiais, marinheiros, auxiliares florestais, funcionários dos correios, alfaiates, ferramenteiros, tecelões e, freqüentemente, professores, que foram chamados para exercer o pastorado ao lado de sua profissão, sistema que foi decisivo para a sobrevivência do cristianismo evangélico no Brasil.

Os meados do século XIX serão marcados pelo clamor por ajuda missionário-eclesiástica dos países de fala alemã, que tem sua expressão característica no artigo de Friedrich K. D. Wynecken⁶⁹. Em resposta surgem diversas entidades para um “acompanhamento religioso sistemático e institucionalizado aos imigrantes alemães” que coincide com a unificação alemã de 1871. O objetivo era que “a Igreja e a escola preservassem entre os imigrantes ‘a língua e o espírito alemães’ como ‘vínculo íntimo e nacional’ do emigrado e seus descendentes com a nação alemã”⁷⁰. Essas propostas surgiam na mesma época em que um tema de debate era se a Alemanha necessitava de Colônias. Fabri estava entre os ideólogos que viam na preservação da cultura entre os imigrados uma estratégia para a superação da crise econômica e social em que a Alemanha estava mergulhada, respectivamente, para o fortalecimento do país na disputa expansionista das nações européias⁷¹.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 50ss.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 65-7.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 67-72.

⁶⁹ *Die Noth der deutschen Lutheraner in Nordamerika* (A Miséria dos Luteranos Alemães na América do Norte), escrito em 1843. Ou ainda o *Zuruf aus der Heimat an die deutsch-lutherische Kirche Nordamerikas* (Apelo da Pátria à Igreja Teuto-Luterana da América do Norte). Em resposta surgiram diversas entidades de ajuda à diáspora na América do Norte. Em 1864, o inspetor da *Rheinische Mission*, Friedrich Fabri, fundou o *Comité für die protestantischen Deutschen in Südbrasilien* (Comitê para os alemães protestantes no Sul do Brasil), que a partir de 1881 passou a formar a *Evangelische Gesellschaft für die protestantischen Deutschen in Amerika* (Sociedade Evangélica para os alemães protestantes na América). *Ibid.*, p. 75-6.

⁷⁰ WIRTH, L. E. *Protestantismus und Kolonisation in Brasilien*. Erlangen, Verlag der Ev.Luth. Mission. 1991, p. 63.

⁷¹ WIRTH, L. E. *Protestantismo e etnia...*, p. 164.

Para ele, “todo organismo estatal poderoso necessita (...) de um espaço territorial para lançar o excedente de suas forças produtivas e para captar a produção destas em um constante movimento dialético”⁷², enfatizando que se esta função não fosse executada haveria a um só tempo o desperdício de uma oportunidade histórica e o fortalecimento do concorrente norte-americano, cuja economia se beneficiara da imigração e da conseqüente força de trabalho alemã. A limitada noção das razões reais da imigração, associada à inadequada utilização dos conceitos de Hegel, levam Fabri a envolver-se nesse empreendimento mercantil. A razão da ideologização da imigração era mercantilista e a ela estavam submetidas as motivações de natureza pastoral e humanitárias. Possivelmente, por essa razão, a presença cristã luterana no Brasil ficou, desde os primórdios, impregnada da teologia etnicista que, mesmo exógena à fé cristã no geral e, à eclesiologia de Lutero em particular, tornou-se uma inseparável característica.

Perspectiva apurada e eivada dos mesmos encantamentos que marcarão as décadas seguintes deste país centro-europeu, Fabri via no cone sul (sul do Brasil, Chile, Argentina e Uruguai) as condições julgadas paradisíacas para o florescimento da cultura alemã: “pouca densidade demográfica, condições climáticas favoráveis à adaptação do imigrante europeu, perspectivas de desenvolvimento econômico a partir de pequenas propriedades rurais e, o que para Fabri era fundamental, a existência de núcleos de colonização alemã que estariam preservando sua identidade étnica, bem como seu sentimento de nacionalidade alemã, o que os levaria a um senso de superioridade em relação ao restante da população local, caracterizada como ‘miscigenada’, ‘turbulenta’ e ‘predominantemente preguiçosa’”⁷³.

Engajado no modelo de colonização promovido pelas companhias ou pelas iniciativas pessoais, Fabri participou decisivamente, junto com representantes das grandes companhias de navegação e do capital financeiro e comercial envolvido em transações com o Brasil, do projeto da Companhia Hanseática de Colonização desenvolvido nas terras da Princesa Dona Francisca, região de Joinville, e nas

⁷² FABRI, F. *Bedarf Deutschland der Kolonien?: eine politisch-ökonomische Betrachtung*. 3 ed. Gotha, 1884, p. 24. Há pesquisadores que convencionaram se referir a esse espaço geográfico chamando-o de *informal imperialism* alemão BRUNN, G. *Deutschland und Brasilien (1889-1914)*. Köln, Wien, 1971, p. IX ap WIRTH, L. E. *Protestantismo e etnia...*, p. 163.

terras de Hermann Blumenau, na região do Vale do Itajaí, considerada uma “das maiores iniciativas alemãs de colonização privada” de todos os tempos⁷⁴. A tarefa foi assumida a partir de 1887 pelo seu filho “Karl Fabri, com a incumbência de assentar 50 mil imigrantes alemães em um prazo de 18 anos, para o que contava com um capital inicial de 1,1 milhões de marcos”⁷⁵. A partir de 1889 o Ministério do Exterior passou a destinar regularmente uma verba para as escolas alemãs no sul do Brasil e a financiar a produção de literatura para os emigrados, com o objetivo de “despertar o orgulho dos descendentes teutos pela Alemanha”⁷⁶, projeto no qual adquiriu destaque a Associação Geral de Escolas Alemãs para a Preservação da Germanidade no Exterior, que tinha o objetivo de “preservar a germanidade entre os alemães fora do império e os apoiar (...) em seus esforços de se preservarem como alemães ou de voltarem a sê-lo”⁷⁷.

Fabri parece movido pela perspectiva da germanidade que poderá levar à criação de uma república independente, avaliando que, pela extensão do território e os interesses divergentes das diversas regiões, “não existe perspectiva alguma de o Brasil se manter por muito tempo como unidade estatal independente”, concluindo que a “formação de várias repúblicas (...) fortalecerá a germanidade no sul do Brasil e aumentará sua influência nas respectivas províncias”, podendo inclusive ser uma república independente, mas ligada à Alemanha por relações comerciais, financeiras e sobretudo culturais ou tornar-se um protetorado militar alemão⁷⁸. Esse caminho evitaria conflitos com as ondas nacionalistas brasileiras, que se manifestaram desde o início do processo imigratório, e com os interesses na região neste fim de século, dos ingleses e, sobretudo, dos americanos. A queda de Bismarck em 20 de março de 1890 e o fracasso das colônias alemãs na África parecem estabelecer um limiar para o período mais intenso da mercantilização da imigração, sendo assumido pelo Estado Alemão e ainda mantido por pouco mais de duas décadas.

⁷³ WIRTH, L. E. *Protestantismo e etnia...*, p.165.

⁷⁴ BRUNN, G. *Op. cit.*, p. 7.

⁷⁵ HELL, J. *Die Politik des deutschen Reiches zur Umwandlung Südbrasilien in ein überseeisches Neudeutschland (1890 bis 1914)*. Rostock, 1966 ap WIRTH, L. E. *Protestantismo e etnia...*

⁷⁶ DREHER, M. N. *Op. cit.*, p. 46.

⁷⁷ A entidade se chamava *Allgemeiner Deutscher Schulverein zur Erhaltung des Deutschtums im Ausland*. JUTZI, S. *Die deutschen Schulen im Ausland; eine Untersuchung der Zuständigkeitsverteilung zwischen dem Bund und den Ländern nach dem Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland*. Baden-Baden, 1977, p. 33.

⁷⁸ *Der Deutsche Ansiedler*, 1890 (1):4-5. BRUNN, G. *Op. cit.*, p. 17.

2.5. Perenização da mercantilização na Igreja e na Escola

O esforço de manutenção da colonização mercantil alemã ainda se estenderá até quase a metade do século XX, mas perderá impacto especialmente a partir da 1ª Guerra Mundial. No entanto seu esforço continuado, na passagem do século XIX para o XX, ainda dará aos imigrantes a confiança para manter o sentimento nacional. O governo alemão assume as principais linhas do esforço colonizador, regulamenta a emigração através de lei⁷⁹, define o sul do Brasil, o Chile, a Argentina e o Uruguai como seus alvos apropriados, o mesmo espaço geográfico já indicado por Fabri, e começa um empreendimento expressivo, do ponto de vista financeiro.

Com esse esforço do governo, o discurso inicial dos esforços de apoio aos colonizadores se transforma em política de Estado. O Ministério do Exterior alemão financiou a construção de uma ferrovia, cujo trecho Blumenau-Hamônia (Ibirama) foi inaugurado em 1909, e previa a interligação entre Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o norte da Argentina e o estabelecimento de novos centros de colonização. O fortalecimento da Companhia Hanseática de Colonização seria uma estratégia “contra a influência e o capital norte-americano em terras desbravadas por alemães e que reservam ao comércio, à indústria e ao poder de realização e investimento alemães grandes possibilidades para o futuro”⁸⁰.

O avanço do empreendimento leva a êxtases, como o alcançado pelo diretor da Sociedade Evangélica, pastor Max Dedekind, ao discursar com euforia diante do Congresso Colonial em Berlim no ano de 1910: “Cada família alemã no exterior é um elo valioso do nosso povo. Com cada emigrante assentado na floresta distante, o povo alemão dá um passo adiante sobre o globo terrestre. Cada uma dessas famílias é portadora da cultura e da índole alemãs. E cada família alemã no exterior propicia novos mercados ao comércio alemão, enquanto essa família permanecer

⁷⁹ A lei de emigração de 9 de junho de 1897 regulamenta essa atividade, credencia agentes e companhias colonizadoras e especifica portos destinatários, com o objetivo declarado de “preservar a germanidade entre os emigrados e torna a emigração frutífera de acordo com os interesses da pátria, através de seu direcionamento a alvos apropriados” BADE, K. *Friedrich Fabri und der Imperialismus in der Bismarckzeit: Revolution – Depression – Expansion*. Freiburg, 1975, p. 363.

⁸⁰ HELL, J. *Op. cit.*, p. 166 ap WIRTH, L. E. *Protestantismo e etnia...*

alemã”⁸¹. Entre os defensores dessa estratégia há diferenças, superadas quando dizem respeito ao papel da Escola e da Igreja na preservação da identidade étnica. O controle objetivo do serviço prestado pela Igreja aos imigrantes se dá a partir da lei de 7 de maio de 1907, que possibilitava a filiação de comunidades religiosas fora do território alemão à Igreja Territorial da Prússia e dava poder ao Superior Conselho Eclesiástico para institucionalizar as comunidades de imigrantes e de interferir em todos os assuntos da vida religiosa⁸². Essa decisão teve influência fundamental sobre o perfil das comunidades luteranas no Brasil.

Com a 1ª Guerra Mundial, as conseqüentes crises econômicas e políticas, e as dificuldades criadas pelo governo republicano brasileiro em relação ao uso da língua alemã, muitas dessas entidades passaram a mobilizar as firmas de alemães para uma campanha junto ao Superior Conselho Eclesiástico, para que não esquecessem os imigrantes, promovendo a “unidade cultural da germanidade no Brasil”. A partir dessa época, o Estado alemão começou a retirar sua presença institucional, acentuando-se a retração do movimento migratório, iniciada na virada do século, e a indiferença dos imigrados em relação aos destinos da nação alemã. Com a possibilidade iminente do fracasso político desse empreendimento mercantil, a escola e a Igreja tornaram-se os espaços em que o ideário da germanidade passou a ser cultivado com persistência redobrada⁸³.

Conclusão

Ao conhecer os relatos históricos das circunstâncias da chegada dos imigrantes alemães que trouxeram a este país a fé cristã luterana, é preciso perguntar se esta experiência do Sagrado, a fé, e sua conseqüente compreensão teológica, a pregação, poderiam ser abarcadas numa perspectiva surgida em circunstâncias humanas dramáticas, envolvendo riscos e perigos para as famílias,

⁸¹ DEDEKIND, M. Welche Aussichten hat das deutsche Volkstum in Südamerika und was ist zu seiner Erhaltung und Pflege seitens der deutschen Heimat zu tun. In: *Verhandlungen des Deutschen Kolonialkongresses*. Berlin, 1910, p. 1015-1036, citação na p. 1016, ap WIRTH, L. E. *Protestantismo e etnia...*, p. 167-8.

⁸² Cf. KRIEG, A. Evangelische Kirche der Altpreussischen Union und Auslandsdiaspora. In: SÖNGEN, O. *Hundert Jahre Evangelische Oberkirchenrat der Altpreussischen Union 1850-1950*. Berlin, 1950, p. 127 ap WIRTH, L. E. *Protestantismo e etnia...*, p. 168.

⁸³ WIRTH, L. E. *Protestantismo e etnia...*, p. 167.

assumidos num empreendimento mercantilista, que contribuiu para o desenvolvimento de uma teologia e eclesiologia etnicistas.

Para buscar o sentido fundamental e absoluto da presença da Igreja luterana em terras brasileiras, Westhelle recorre a Georg Wilhelm Friedrich Hegel, “um luterano absolutamente convencido de que o fundamento da religião não estava nem no sentimento, nem na espiritualidade, mas no ser de Deus mesmo, na Idéia absoluta que na religião toma corpo como um momento de realização de sua própria liberdade”, estabelecendo que “a religião é o relato, a documentação externamente disponível da realização da natureza de Deus mesmo. Não é pelo sentimento humano, mas pela realização do próprio Deus na história que a religião existe. E a teologia torna-se esta ciência que articula, discerne, e examina estas máscaras de Deus deixadas na história na forma de linguagem religiosa, as representações que povoam o imaginário religioso do povo, seus mitos, ritos, lendas e estórias”⁸⁴.

Se, efetivamente, a Igreja surgida da aventura legítima dos imigrantes alemães em busca de condições de vida deseja compreender seu presente e elaborar uma proposta de futuro nesse país, deve revisitar seu passado, compreender as circunstâncias em que viveu e as opções que fez e, invariavelmente, se perguntar sobre as perspectivas que tem para sua missão nesse país que continua grande e desafiador.

Não deverá julgar severamente a caminhada dos antecessores, mas se dar conta da herança espiritual que carrega e das perspectivas que pode desenvolver com esse conjunto de situações. Será possível, pensar a “teologia na IECLB a partir das demarcações dos limites étnicos e sociais das comunidades do germanismo local”, como escreveram os teólogos que fizeram parte desses momentos? Será que a “a Igreja em geral não está ameaçada, nem tampouco a Igreja evangélica no Brasil. Ameaçada está a nossa Igreja, a Igreja evangélica alemã no Brasil” porque “os fundamentos étnico-nacionais desta Igreja neste tempo e neste lugar são colocados em questão”, como escreveu Dohms em 1934? Será

⁸⁴ WESTHELLE, V. Uma fé em busca de linguagem; o sedicioso charme da teologia na IECLB. *Estudos Teológicos/EST* 1992/32 (1): 69.

que a crise da atual IECLB é a crise de sua nacionalidade? E que a mistura de raças e nações efetivamente compromete sua pregação?

Como elaborar teologicamente uma compreensão contemporânea da graça de Deus, que dê sustentação a uma eclesiologia inclusiva e ajude a IECLB a lidar com seu passado e seu futuro? Em que medida a preocupação com o diálogo entre as culturas pode ajudar na elaboração de uma teologia luterana em terras brasileiras? Que passos dar para elaborar as perguntas sobre a resposta da fé, que as comunidades deixaram em compasso de espera durante tantos anos? Essas são perguntas que essa primeira etapa histórica suscita e com as quais é preciso defrontar-se.